



Contrato nº 153/2019-SGA

CONTRATO DE UTILIZAÇÃO DE PROGRAMA DE INFORMÁTICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA IN9 MÍDIA SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº 153/2019 – SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.142.491/0001-66, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo seu Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Welington Silveira Soares**, e a empresa **IN9 MÍDIA SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.198.504/0001-11, doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecida à Rua Professor Leopoldo Amaral, 366, sala 305, Pituba, Salvador/BA, representada por **Thiago Alves Costa**, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº [REDACTED] **CELEBRAM** o presente Contrato, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no Procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 015/2019-DADM, protocolado sob o nº 003.0.29796/2019, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato o licenciamento de uso para os softwares que compõem a solução "NeoNews Digital Signage- Sistema Gestão do Atendimento", incluindo assistência técnica/suporte, manutenção e treinamento, conforme especificações contidas neste instrumento.

1.2 Compõe o objeto deste instrumento o licenciamento dos seguintes softwares:

1.2.1 Software do Sistema de Gerenciamento de atendimento com emissão de senhas;

1.2.2 Software para TV corporativa;

1.2.3 Software para pesquisa de satisfação;

1.3 Incluem-se no objeto contratual todas as despesas necessárias à plena execução do objeto tais como aquelas decorrentes dos serviços de instalação, configuração, suporte e mão de obra especializada para a execução dos serviços e, em especial, todas as atualizações de versão cabíveis e disponibilizadas durante o prazo de vigência dos licenciamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

2.1 O regime de execução do presente instrumento é o de Empreitada por preço unitário;

2.2 A **CONTRATADA** disponibilizará as licenças que compõem o objeto deste instrumento no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento do instrumento contratual, acompanhado da Nota de Empenho respectiva e da autorização para prestação de serviços;



Contrato nº 153/2019-SGA

2.2.1 A entrega dos documentos acima listados far-se-á mediante convocação do fornecedor, preferencialmente por meio eletrônico

2.2.1.1 A confirmação do recebimento do contrato, nota de empenho e autorização para prestação dos serviços dar-se-á por meio eletrônico, aposição de assinatura na hipótese de retirada presencial, bem como por Aviso de Recebimento dos correios, na hipótese de entrega por via postal;

2.3 O termo inicial para o prazo de validade dos licenciamentos de uso se dará na data da efetiva disponibilização das licenças, conforme atestado pelo **CONTRATANTE**;

2.4 Todas as atividades relativas à execução do objeto deste instrumento deverão se desenvolver no horário compreendido entre as 08:00h e as 17:30h, de segunda a sexta-feira;

2.4.1 Os serviços de instalação e configuração dos softwares serão agendados com a Coordenação de Protocolo do **CONTRATANTE**, através dos telefones (71) – 3103-0127/3103-6444;

2.4.2 Os serviços serão executados na Coordenação de Protocolo – unidade de recepção. Cadastramento e informações do **CONTRATANTE**, situada à Avenida Joana Angélica, 1.312, Nazaré, Salvador/BA, em horário compreendido entre as 08h e as 18h;

2.4.3 Excepcionalmente, admitir-se-á a execução de serviços fora do horário estabelecido, mediante autorização do **CONTRATANTE**;

2.5 A **CONTRATADA** prestará o suporte técnico ao **CONTRATANTE** durante todo o período de vigência dos licenciamentos, com atendimento remoto imediato e presencial em até 1 (uma) hora;


2.5.1 Os prazos serão contados a partir do recebimento da notificação a ser expedida pelo **CONTRATANTE**, sob pena de incidência nas sanções capituladas na Lei nº 9.433/2005 BA;

2.6 O recebimento do objeto contratual ficará sob a responsabilidade de um representante da Coordenação de Protocolo, em conjunto com um representante da Diretoria de Tecnologia da Informação do **CONTRATANTE**, e com o fiscal do contrato, responsável pela Habilitação para pagamento, caso este não seja integrante de uma daquelas unidades;

2.7 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.8 O recebimento definitivo do objeto deste contrato só será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos administrativos cabíveis, observados os termos do art. 161 da Lei Estadual nº 9.433/2005;

2.9 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil e/ou administrativa da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Inexigibilidade de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.



2/17



Contrato nº 153/2019-SGA

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Unidade Orçamentária/Gestora	Destinação de Recursos (Fonte)	Ação (P/A/OE)	Região	Natureza da Despesa
40.101/0003	100	2000	9900	33.90.39

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1 Os preços unitários estabelecidos para as licenças de uso são:

Item	Tipo de Licença (Validade de 36 meses)	Unidade de fornecimento	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Anual (R\$)
1.2.1	Software do Sistema de Gerenciamento de atendimento com emissão de senhas.	Unidade	1	1.000,00	12.000,00
1.2.2	Software para TV corporativa.	Unidade	1	100,00	1.200,00
1.2.3	Software para pesquisa de satisfação.	Unidade	1	100,00	1.200,00
Valor mensal					R\$ 1.200,00
Valor total					R\$ 14.400,00

4.2 Dá-se ao presente Contrato o valor anual de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), equivalente à soma dos valores totais constantes da planilha do item 4.1;

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto contratado, implantação, ativação, instalação, configuração, customização, transportes de qualquer natureza, deslocamentos, viagens, assistência técnica, garantia, manutenção, atualização, embalagem, ferramentas, materiais e insumos empregados, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

5.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do art. 143 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;



Contrato nº 153/2019-SGA

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DE TRIBUTOS

6.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado mensalmente, em parcelas iguais, e o pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões cabíveis, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do **ACEITE** pelo **CONTRATANTE**, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.1.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.2 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos, que tenham como fato gerador o objeto consignado na **CLÁUSULA PRIMEIRA**;

6.3 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.4 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.5 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no item 6.1.1.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º c/c artigo 144 e seguintes da Lei Estadual – BA nº. 9.433/2005, fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela **CONTRATADA**, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;

7.1.1 Adotar-se-á o INPC/IBGE como índice oficial para o cálculo da variação de preços, tendo como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede o a data de aniversário, a saber:

7.1.1.1 Mês 1: agosto/2019;

7.1.1.2 Mês 12: julho/2020;

7.1.2 Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a parcelas de serviços empenhadas após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta, observando-se ainda que:

7.1.2.1 Reajustamentos subsequentes deverão observar o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base de aplicabilidade da concessão do último reajuste;



Contrato nº 153/2019-SGA

7.1.2.2 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

7.1.2.3 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses, a contar da data da sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico, admitindo-se a sua prorrogação, por até 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 140, III, da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005, e desde que formalizada mediante termo aditivo.

8.2 Caso o prazo de validade do licenciamento objeto deste contrato ultrapasse a vigência do ajuste, as obrigações correlatas contratualmente estabelecidas permanecem válidas e eficazes, inclusive no que toca às prerrogativas administrativas ora estabelecidas em favor do **CONTRATANTE**, ainda que encerrado o lapso temporal de vigência do instrumento contratual.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9 Além das determinações contidas no procedimento de Inexigibilidade de Licitação e no presente contrato, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

9.1 Executar o objeto contratual de acordo com as especificações técnicas constantes no procedimento de Inexigibilidade de Licitação e no presente contrato, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do **CONTRATANTE**, respeitando todos os prazos estipulados, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, greves/paralisações, defeitos ou falta de materiais, pessoal e/ou peças;

9.2 Fornecer suporte técnico e manutenção durante a vigência contratual de modo presencial, por telefone e e-mail, de modo a assegurar o perfeito funcionamento do ambiente, sem limitação do número de ocorrências;

9.2.1 O prazo para atendimento aos pedidos de suporte técnico ou manutenção, será contado a partir do recebimento da notificação a ser expedida pela **CONTRATANTE**, sob pena de incidência nas sanções capituladas na Lei nº 9.433/2005 BA.



Contrato nº 153/2019-SGA

9.3 Manter permanentemente equipe técnica suficiente, formalmente designada, composta de profissionais habilitados e de capacidade comprovada, que assuma perante uma auditoria ou fiscalização a responsabilidade técnica;

9.4 Designar representante comercial e representante técnico em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, ambos pertencentes ao quadro próprio da **CONTRATADA**, para atendimento das solicitações do **CONTRATANTE**;

9.5 Disponibilizar para o **CONTRATANTE** site de gerenciamento das licenças, bem como download gratuito dos produtos e acesso às chaves de instalação e/ou licenças de uso;

9.6 Disponibilizar e orientar sobre o acesso aos treinamentos *online* disponibilizados pela Microsoft, sem custos adicionais para o **CONTRATANTE**;

9.7 Realizar toda a migração de dados que for necessária ao funcionamento da plataforma conforme os requisitos, designando profissionais devidamente capacitados;

9.8 Garantir a disponibilidade, integridade e inviolabilidade dos dados do **CONTRATANTE** armazenados em seus serviços;

9.9 Transferir conhecimento à equipe de tecnologia da informação do **CONTRATANTE**, para que esta possa compreender as particularidades técnicas da plataforma e prestar assessoramento aos usuários finais;

9.10 Treinar a equipe de tecnologia da informação do **CONTRATANTE**, para realizar abertura de chamados junto à **CONTRATADA**, sem ônus adicional ao **CONTRATANTE**;

9.11 Manter disponíveis os dados do **CONTRATANTE** por, no mínimo, 06 (seis) meses, prorrogáveis, se necessário, por igual período, em caso de encerramento contratual;

9.11.1 A fim de evitar a descontinuidade no funcionamento das unidades do **CONTRATANTE**, na hipótese de encerramento contratual, a **CONTRATADA** fica obrigada a viabilizar a transição dos serviços e dos dados armazenados a uma nova empresa, conforme cronograma estipulado pelo **CONTRATANTE**, no prazo de até 30 (trinta) dias da notificação por este;

9.12 Prover capacidade operacional suficiente para plena prestação dos serviços requeridos neste instrumento;

9.13 Acompanhar e informar sobre as atualizações tecnológicas necessárias nos serviços contratados, realizando as ações necessárias para a implantação dessas atualizações em comum acordo com o **CONTRATANTE**, até o final do contrato, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

9.13.1 Caso as condições de licenciamento do produto sejam alteradas pelo fabricante, as funcionalidades do software objeto deste instrumento e os quantitativos definidos não poderão ser prejudicados;

9.13.2 Caso as alterações de licenciamento do produto impliquem em perdas qualitativas e/ou quantitativas, licenças complementares deverão ser fornecidas ao **CONTRATANTE** sem custo adicional;



Contrato nº 153/2019-SGA

9.14 É vedado o armazenamento de informações do **CONTRATANTE** em Data Centers fora do território nacional;

9.15 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da **CONTRATADA**, desde que não impeçam os compromissos pautados neste instrumento contratual;

9.16 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas no Procedimento de Inexigibilidade de licitação;

9.17 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.17.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

9.18 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens e serviços (conforme o caso), indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.19 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção da execução do objeto contratado, exceto quando isto ocorrer por sua solicitação, ou ainda por caso fortuito ou força maior, desde que tais circunstâncias sejam formalmente comunicadas ao **CONTRATANTE** no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

9.20 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

9.21 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

9.22 Assinar Termo de Confidencialidade detalhado, constante do **Apenso II** deste instrumento;

9.23 Atender com presteza, conforme prazos consignados, às reclamações sobre a qualidade dos bens e serviços e/ou inexecução do contrato, providenciando sua imediata reparação, substituição e/ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

9.24 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.25 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do Contrato;

9.26 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, durante a vigência deste instrumento.



CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

10.1 Proporcionar todas as condições necessárias para que a **CONTRATADA** possa cumprir as obrigações assumidas por força deste instrumento;

10.2 Fornecer acesso aos ambientes para implantação a solução após assinatura deste instrumento;

10.3 Disponibilizar todas as informações necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos;

10.4 Fornecer a infraestrutura necessária para a realização das atividades que devam ser executadas em suas instalações;

10.5 Utilizar-se dos softwares única e exclusivamente para uso próprio, não podendo sublicenciar, ceder ou transferir a licença, tampouco copiar e distribuir a terceiros, reverter a montagem ou a compilação dos programas ou, de qualquer forma, traduzi-los;

10.6 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nas **CLÁUSULAS QUARTA E SEXTA**;

10.7 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.8 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

11.2.1 Acompanhar o cumprimento deste instrumento e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

11.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, quando for o caso;

11.2.3 Promover a verificação do fornecimento efetuado, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

11.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**,



Contrato nº 153/2019-SGA

se necessário, parecer de especialistas;

11.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

11.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar a substituição de bens ou refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido fornecidos ou executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do procedimento licitatório que o originou, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

11.4.1 Qualquer bem ou serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito, reparado ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

11.4.2 A não aceitação de algum bem ou serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

11.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA nº. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

12.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àqueia poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

12.2.1 Multa;

12.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

12.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

12.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.2 a 12.2.4, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

12.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o **CONTRATADA** à multa de mora, que será graduada por infração e de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:



Contrato nº 153/2019-SGA

12.4.1 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação principal:

12.4.1.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

12.4.1.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

12.4.1.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

12.4.2 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação acessória, assim consideradas aquelas que coadjuvam com a principal:

12.4.2.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor global do contrato;

12.4.2.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor global do contrato;

12.4.2.3 - Para cada obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 12.4.2.1 e 12.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

12.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

12.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

12.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

12.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

12.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;



Contrato nº 153/2019-SGA

13.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

13.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, as medidas discriminadas no art. 169 do referido diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo de Inexigibilidade de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como na proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido processo, naquilo em que não diverja deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e), do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

17.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

17.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual nº 9.433/1905 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos.

17.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/1905, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**.

17.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento e/ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades.



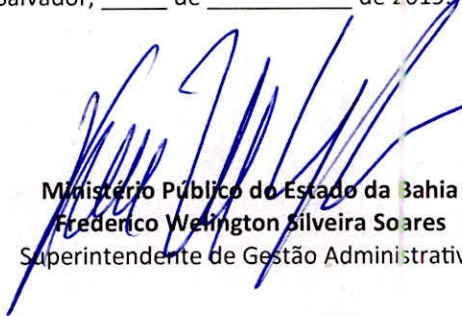
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Contrato nº 153/2019-SGA

17.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos legais, após a publicação na Imprensa Oficial.

Salvador, ____ de ____ de 2019.


Ministério Público do Estado da Bahia
Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa


EMPRESA M9 MÍDIA SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA
Thiago Alves Costa
Sócio



APENSO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

1. Requisitos técnicos específicos da solução

ITEM 01: LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATENDIMENTO COM EMISSÃO DE SENHAS, com especificações mínimas: O software do Sistema de Gestão do Atendimento deverá emitir e controlar a chamada de senhas para filas de atendimento. Para tanto, o sistema se comunicará com "Totens de Autoatendimento" (computadores com a tecnologia touchscreen) onde o cidadão poderá selecionar o tipo de serviço desejado e com isso será gerada a senha de atendimento. Além disso, o sistema deverá permitir ao gestor a personalização do conteúdo impresso nos bilhetes de senha.

As chamadas de senhas deverão permitir, obrigatoriamente, a verbalização eletrônica através dos autofalantes dos monitores da TV, melhorando a acessibilidade do cidadão. Permitirá, também, ao gestor personalizar os textos para chamada de senhas para cada tipo de serviço e qual língua deverá ser verbalizada eletronicamente. Para os atendentes deverão estar disponíveis duas formas de chamada de senha: através do navegador de internet e controle remoto sem fios. Possibilidade do gestor configurar conteúdos multimídias e notícias a serem exibidos nos monitores de chamada de senha, sendo este conteúdo atualizado automaticamente via internet a partir dos provedores de informações como portais e sites especializados, utilizando a tecnologia RSS.

O sistema terá seu funcionamento em plataforma web, intranet e internet, permitindo-se maior flexibilidades de instalação e controle remoto por parte dos gestores, além de permitir a visualização de relatórios gráficos com informações gerenciais e estatísticas (média, mínimo, máximo, entre outros) sobre todo movimento no atendimento. Todo histórico do atendimento deverá ficar armazenado no sistema para fazer qualquer tipo de mineração para auxiliar no processo de tomada de decisões. Granularidades como hora, data, senha, atendente e serviço serão alguns dos dados de entrada para extração de relatórios no sistema.

ITEM 02: LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA TV COORPORATIVA, com especificações mínimas: Aplicativo web que seja utilizado para compor as peças de marketing, notícias e demais conteúdos de TV corporativa; definirá e atualizará também a grade de programação dos diversos players das unidades e será responsável por manter, distribuir e registrar os conteúdos multimídia publicados, assim como ajustar os diversos formatos de mídia a serem exibidos na Recepção. Deverão compor as especificações técnicas:

- ✓ Módulo de administração onde será possível configurar perfis de usuários e cadastrá-los no sistema, definir os identificadores dos players de TV corporativa e senhas e parâmetros do sistema para os diversos módulos;
- ✓ Módulo de monitoramento onde é possível verificar quais players de TV corporativa e senhas estão ativos, como estão se comportando (disponibilidade) ao longo do dia e qual a programação de cada – passada ou a ser exibida;
- ✓ Módulo de emissão de relatórios gerenciais onde será possível gerar relatórios a partir dos dados de monitoramento ao longo de um período;
- ✓ Sistema preparado para enviar qualquer tamanho de vídeo nas extensões;
- ✓ Permissão da publicação de documento multimídia, especificando local e horário de exibição para players e servidores locais; ao expirar o conteúdo para o servidor local de conteúdos, este exclui os arquivos referentes ao conteúdo;
- ✓ Preparação de programação diária que deva permitir agendamentos exatos ou repetições de conteúdos por tempo determinado, caso haja conflitos de horários;



Contrato nº 153/2019-SGA

- ✓ Permissão de visualização/listagem da programação diária e agendamentos de qualquer local de atendimento;
- ✓ Permissão da inserção de informativos urgentes, que deverão se sobrepôr à programação diária. Esses informativos devem poder ser verbalizados eletronicamente;
- ✓ Permitir criar Agências de Conteúdo (Feeds ou RSS) com quantidade ilimitada de canais de conteúdos;
- ✓ Permitir criar templates para qualquer tipo de campanha;
- ✓ Permitir execução de templates em Flash, HTML5 e SVG;
- ✓ Oferecer um gerenciador de arquivos a fim de organizar uma pasta virtual com todos os arquivos do órgão. Tais arquivos serão utilizados em campanhas;
- ✓ Oferecer recursos de Drag And Drop (suporte a arrasto de objetos) para facilitar usabilidade do sistema (upload de arquivos; organização, ordem e criação de campanhas);
- ✓ Permitir ao usuário criar seu próprio conteúdo (RSS ou Feed);
- ✓ Permitir iniciar uma transmissão ao vivo a partir de uma webcam instalada no computador ou através de softwares de terceiros (Exemplo: wirecast, flash media encoder);
- ✓ Permitir cadastrar usuários e perfis de uso do sistema e seus respectivos módulos;
- ✓ Permitir configurar a aparência do aplicativo player, além de escolher estilos pré-definidos (templates), essa configuração deverá ser de fácil uso para o acesso de usuários sem conhecimento em tecnologias de design;
- ✓ Permitir verificar qual a programação de cada player – passada ou a ser exibida;
- ✓ Gerar relatório com a lista de todas as grades de programação cadastradas e todas as campanhas cadastradas da empresa de consulta;
- ✓ Gerar relatório que exibe todos os terminais, podendo ser filtrado por terminais ativos, inativos ou todos;
- ✓ Gerar relatório com a lista de todas as campanhas cadastradas da Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) que consulta, podendo ser filtrado por validade ou invalidade da campanha. Com este é possível observar todas as campanhas cadastradas, seu tipo e se está ou não válida;
- ✓ Gerar relatório que exiba a quantidade de exibições das campanhas por um determinado período, sendo possível filtrar este por Terminal, período de consulta (data de início e fim) e anunciante da campanha;
- ✓ Gerar relatório que exiba um gráfico que mostra a quantidade de exibições de uma determinada campanha em um determinado período de datas;
- ✓ Gerar relatório que exiba a quantidade de vezes que determinada campanha foi exibida nos terminais em um determinado intervalo de tempo;
- ✓ Os relatórios gerados devem apresentar alternativas de tipos de arquivo, como Microsoft™ Excel, pdf, texto (txt), HTML ou XML;
- ✓ O sistema deve rodar em navegadores Internet Explorer, Firefox e Chrome sem a necessidade de instalação de complementos nem máquinas virtuais;
- ✓ O sistema rodar em uma camada de segurança SSL através do protocolo HTTPS.

ITEM 03: LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA PESQUISA DE SATISFAÇÃO com especificações mínimas: Aplicativo com abordagem opinativa, que possua as seguintes especificações:

- ✓ Permita customizar o layout de acordo com as regras da marca do Ministério Público do Estado da Bahia;
- ✓ Permita gerenciamento a partir de um portal web;
- ✓ Permita configurar como quiz interativo;
- ✓ Possibilite a visualização de telas que mostram a situação em tempo real;
- ✓ Permita especificar pesquisas distintas validando por dia, hora, turno, semana, mês, etc.;
- ✓ Seja compatível com android e Windows;



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Contrato nº 153/2019-SGA

- ✓ Possua relatório listagem por data quantitativo;
- ✓ Possua relatório listagem por porcentagem;
- ✓ Possua relatório gráfico por data, quantitativo e porcentagem.



APENSO II

TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Os abaixo-assinados, de um lado o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, situado na cidade de Salvador, a 5ª Avenida, 750 – Centro Administrativo da Bahia, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **EMPRESA IN9 MÍDIA SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.198.504/0001-11, situada à Rua Professor Leopoldo Amaral, 366, sala 305, Pituba, Salvador/BA, doravante denominada **CONTRATADA**, tem entre si justa e acertada, a celebração do presente **TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**, através do qual a **CONTRATADA** aceita não divulgar, sem autorização prévia e formal, segredos e informações sensíveis de propriedade do **CONTRATANTE** e se compromete a praticar procedimentos de segurança da informação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

1. A **CONTRATADA** reconhece que, em razão das suas atividades profissionais, estabelece contato com informações sigilosas, que devem ser entendidas como segredo. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição, e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, inclusive aos próprios colaboradores da **CONTRATADA**, sem a expressa e escrita autorização da **CONTRATANTE**.

2. Todas as informações devem receber o tratamento de confidencialidade adequado, de acordo com o seu nível de classificação, inclusive aquelas a seguir exemplificadas:

2.1. Programas de computador, suas listagens, documentação, artefatos diversos, código fonte e código objeto;

2.2. Toda a informação relacionada a programas existentes ou em fase de desenvolvimento, inclusive fluxogramas, estatísticas, especificações, avaliações, resultados de testes, arquivos de dados, artefatos diversos e versões "beta" de quaisquer programas;

2.3. Documentos, informações e dados armazenados de atuação consultiva e contenciosa, de estratégias ou demais dados e/ou informações de caráter sigiloso ou restrito;

2.4. Metodologia, projetos e serviços utilizados;

2.5. Números e valores financeiros;

3. A **CONTRATADA** reconhece que a lista acima é meramente exemplificativa e ilustrativa, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam, ou que venham a surgir no futuro, devem ser mantidas sob segredo. Em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, a **CONTRATADA** deve tratar a mesma sob sigilo até que seja autorizada, formalmente, a tratá-la de forma diferente pelo **CONTRATANTE**.

4. A **CONTRATADA** reconhece que, ao final da completa execução de todas as obrigações oriundas do contrato, deverá entregar ao **CONTRATANTE** todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matérias sigilosas relacionadas com a atividade, registros de documentos de qualquer natureza que tenham sido usados, criados ou estado sob seu controle. A **CONTRATADA** também assume o compromisso de não utilizar qualquer informação adquirida quando de suas atividades para o **CONTRATANTE**.



Contrato nº 153/2019-SGA

5. A **CONTRATADA** deve assegurar que todos os seus colaboradores guardarão sigilo sobre as informações que porventura tiverem acesso, mediante o ciente de seus colaboradores em Termo próprio a ser firmado para com a **CONTRATADA**, e que os mesmos se comprometerão a informar, imediatamente, ao seu superior hierárquico, qualquer violação das regras de sigilo, por parte dele ou de qualquer pessoa, inclusive nos casos de violação não intencional.

5.1. A coleta dos Termos de Sigilo de seus colaboradores não exime a **CONTRATADA** das penalidades por violação de quaisquer das regras de sigilo e confidencialidade estabelecidas por parte de seus colaboradores.

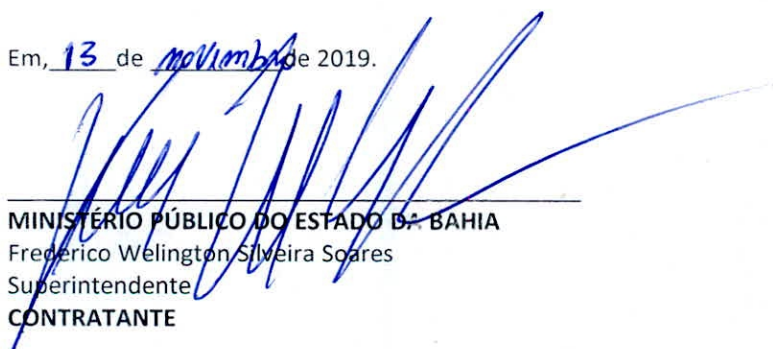
5.2 A **CONTRATADA** deverá fornecer cópia de todos os termos firmados com seus colaboradores quando do início dos trabalhos.

5.3 Sempre que um colaborador for admitido, a **CONTRATADA** deverá fornecer cópia do respectivo termo de sigilo por aquele firmado, quando do início dos trabalhos.


6. A **CONTRATADA** deverá seguir a Política de Segurança da Informação definida pelo **CONTRATANTE**.

7. O não cumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo implicará em responsabilização administrativa, civil e criminal, de acordo com a legislação vigente.

Em, 13 de novembro de 2019.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente
CONTRATANTE



EMPRESA IN9 MÍDIA SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA
Thiago Alves Costa
Representante legal
CONTRATADA

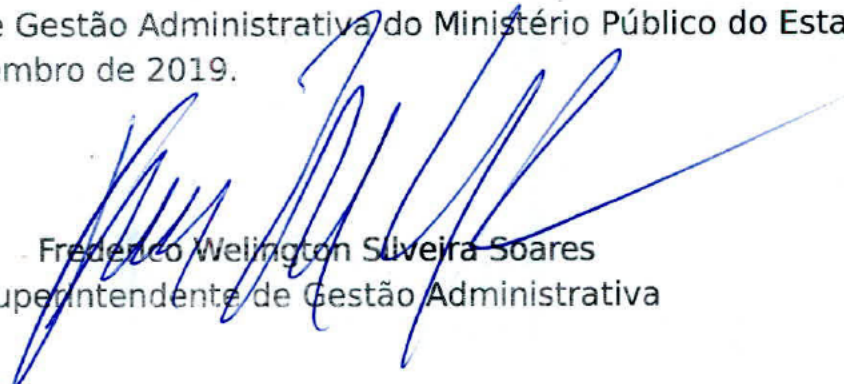


MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 390/2019

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar as servidoras Rita de Cássia Fortunato Jandiroba Castello Branco, matrícula nº [REDACTED] e Juliana dos Santos Vieira, matrícula [REDACTED] para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 153/2019-SGA, relativo ao licenciamento de uso para os softwares que compõem a solução "NeoNews Digital Signage – Sistema Gestão do Atendimento".

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 12 de novembro de 2019.



Frederico Wellington Siveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL**ADITAMENTO DE VOLUNTÁRIOS**

NOME	LOTAÇÃO	VIGÊNCIA DO TERMO
RAFAELE LETÍCIA ALBUQUERQUE VIEIRA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRUZ DAS ALMAS	06/11/2019 - 05/11/2020

Desligamento de Voluntário

Nome	Lotação	Vigência do Termo	Desligamento
Gabriela Costa Santos	Promotoria de Justiça de Valença	08/05/2019 - 07/05/2020	01/11/2019

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

RESUMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO - CONTRATO Nº 152/2019-SGA. Processo: 0030.31804/2019 – Dispensa de Licitação nº 160/2019-DADM. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa IN9 Mídia Soluções Digitais Ltda, CNPJ nº 10.198.504/0001-11. Objeto: Locação, com instalação, de Totem para impressão de senhas e Totem para pesquisa de satisfação. Valor mensal (aluguel): R\$ 1.450,00 (mil quatrocentos e cinquenta reais). Valor anual: R\$ 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 – Ação (P/A/OE) 2000 – Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39. Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a começar em 14 de novembro de 2019 e a terminar em 13 de novembro de 2020.

PORTARIA Nº 389/2019

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar as servidoras Rita de Cássia Fortunato Jandiroba Castello Branco, matrícula nº [REDACTED] e Juliana dos Santos Vieira, matrícula [REDACTED] para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 152/2019-SGA, relativo à locação, com instalação, de Totem para impressão de senhas e Totem para pesquisa de satisfação.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 12 de novembro de 2019.

Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Nº 153/2019-SGA Processo: 003.0.29796/2019 – Inexigibilidade de Licitação nº 015/2019-DADM. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa IN9 Mídia Soluções Digitais Ltda, CNPJ nº 10.198.504/0001-11. Objeto: Licenciamento de uso para os softwares que compõem a solução "NeoNews Digital Signage – Sistema Gestão do Atendimento", incluindo assistência técnica/suporte, manutenção e treinamento. Regime de execução: Empreitada por preço unitário. Valor total: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 – Ação (P/A/OE) 2000 – Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39. Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do resumo no Diário da Justiça Eletrônico.

PORTARIA Nº 390/2019

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar as servidoras Rita de Cássia Fortunato Jandiroba Castello Branco, matrícula nº [REDACTED] e Juliana dos Santos Vieira, matrícula [REDACTED] para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 153/2019-SGA, relativo ao licenciamento de uso para os softwares que compõem a solução "NeoNews Digital Signage – Sistema Gestão do Atendimento".

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 12 de novembro de 2019.

Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa